

# **PROJETO SETOR DE INCLUSÃO ESCOLAR: EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NA FUNÇÃO DE ACOMPANHANTE TERAPÊUTICA (AT) DENTRO DE UMA ESCOLA**

Maria Carolina Lucchiari Putini

Paola Lopes Bruno Morello

Palavras-chave: Acompanhante Terapêutico, Inclusão Escolar, Psicopatologias Graves.

## **1. INTRODUÇÃO**

O Projeto Setor de Inclusão Escolar foi resultado de experiências vividas pelas Psicólogas Maria Carolina Lucchiari Putini e Paola Lopes Bruno Morello nos anos de 2010 a 2016, como Acompanhantes Terapêuticas (ATs), no trabalho com alunos com psicopatologias graves, nos Ensinos Fundamentais 1 e 2, de uma escola regular e particular da zona Sul da cidade de São Paulo.

O nascimento do Projeto ocorreu no final de 2015, início de 2016, em parceria com a coordenação do Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio da escola em questão e teve como objetivo organizar os lugares que a coordenação, os professores e os ATs ocupam dentro da escola quando há casos de inclusão, bem como delimitar as tarefas que cada um deve exercer com esses alunos, seja no campo acadêmico, emocional ou social. Além disso, o projeto teve como preocupação como seria a recepção e o acolhimento dos novos alunos de inclusão e como seria a atuação com os que já estavam por ali. Diante dessa preocupação, foi proposto que cada aluno inclusivo teria um Projeto de Inclusão Individual (PII), que levaria em conta a subjetividade dele, com seus déficits e suas qualidades, pois se acredita que cada aluno é único, ainda mais em se tratando de alunos com dificuldades extremas de aprendizagem, socialização, comunicação verbal e de compreensão de seus aspectos emocionais.

Durante todo o percurso enquanto ATs dentro dessa escola, observou-se de perto que a escola tinha boa iniciativa quando recebia alunos de inclusão, porém notou-se que ocorriam algumas confusões com relação aos termos inclusão, integração e segregação.

Essa confusão nos temas inclusão, integração e segregação, geralmente aparecia quando um aluno inclusivo chegava à escola, pois ao invés de receber esse aluno, se apropriar e se responsabilizar por ele, a escola exigia um “AT” que o acompanhasse e que fosse responsável por todo o desenvolvimento dele no âmbito social, emocional e acadêmico. Essa

experiência formatada pela escola resultava em uma relação dual e alienada entre o AT e o aluno, gerando a segregação deles no ambiente escolar.

Importante ressaltar que o desejo da escola era o de acolher e desenvolver as habilidades do aluno inclusivo, porém por não terem uma fundamentação teórica e uma estrutura interna pensada como escola inclusiva, a escola não tinha forças para pensar e para agir diferente. Esse modelo estava cristalizado dentro da instituição e estando todos acomodados, não havia as possibilidades de movimentação psíquica e física para construir uma inclusão escolar de qualidade.

## 2. OBJETIVO

O objetivo do trabalho é relatar as experiências vividas pelas psicólogas Maria Carolina Lucchiari Putini e Paola Lopes Bruno Morello na função de Acompanhantes Terapêuticas em uma escola regular e particular da zona sul da cidade de São Paulo e mostrar como resultado dessas experiências a aplicação do Projeto Setor de Inclusão Escolar.

## 3. METODOLOGIA

O presente trabalho foi elaborado a partir de um estudo de caso de experiências vividas por duas psicólogas exercendo o papel de Acompanhantes Terapêuticas de alunos inclusivos dentro de uma escola regular e particular da zona sul da cidade de São Paulo, entre os anos de 2010 a 2016 que resultou no Projeto Setor de Inclusão Escolar.

## 4. DISCUSSÃO

A escola citada abria totalmente seus portões recebendo os alunos de inclusão, porém quem fazia o processo de escolarização (adaptação curricular, confecção de materiais pedagógicos e avaliações adaptadas) e a articulação de ferramentas que auxiliavam o aluno inclusivo em sua circulação dentro da escola, bem como da formulação de estratégias para auxiliá-lo em sua comunicação verbal era o Acompanhante Terapêutico (AT).

Essa estrutura escolar colocava o AT frente a funções que não correspondiam ao seu papel, deixando-o sobrecarregado e desautorizava os professores na sua função de educador, gerando insegurança quando colocados a pensar sobre o aluno inclusivo.

Segundo Sereno,

“Vemos um movimento crescente no qual o AT tem sido cada vez mais demandado. Se de um lado isso indica um reconhecimento da “eficácia”

do dispositivo, justamente por articular em suas ações a clínica e a educação. (...) De outro lado, temos notado um uso indiscriminado, uma banalização e perversão do uso do termo “AT”. Infelizmente, denotam-se ainda sob o tema “AT” práticas totalmente anti-AT, que vão em direção à exclusão, à manutenção de *status quo* e trazem prejuízo e confusão aos campos de pesquisa e atuação do campo.” (Sereno, página 90. 2013)

Diante disso, entende-se que é função do AT com o aluno, permitir a possibilidade de instauração de elementos básicos para o desenvolvimento emocional dele tais como, a nomeação de sentimentos e necessidades, compreensão e o controle das ansiedades, o reconhecimento do próprio corpo e o reconhecimento do outro. Fazer-se intérprete da criança para traduzir e nomear seus estados de angústia e inquietação, bem como ter sensibilidade para estar ao lado dela e ajudá-la a crescer e a ter a aprendizagem básica ao nível da vida prática, da vida diária, ou seja, auxiliá-la na capacitação para interagir e desfrutar do mundo que a rodeia. Além disso, auxiliar o aluno em possíveis crises e surtos.

Com os professores, o AT tem o papel de auxiliá-los em estratégias para serem feitas com o aluno dentro de sala de aula, bem como auxiliá-los na execução de materiais e provas adaptadas.

Ao presenciar esse mecanismo existente na escola, foi possível pensar que não se tratava de falta de vontade ou interesse, mas que a escola estava paralisada com essa nova demanda social, a de incluir crianças e adolescentes com psicopatologias graves. Observando essa estagnação notou-se que a escola necessitava de uma organização interna que contemplasse lugares definidos e funções demarcadas, além de capacitação e espaço de escuta para os professores.

Foi diante desse cenário que o Projeto Setor de Inclusão Escolar nasceu: Para ajudar a escola em sua organização estrutural, metodológica e funcional diante do tema Inclusão Escolar.

## 5. RESULTADOS

O Projeto Setor de Inclusão Escolar foi elaborado, em parceria com a coordenação dos Ensinos Fundamental 2 e Médio, no ano de 2015 e apresentado aos professores durante uma

reunião pedagógica em janeiro de 2016. A apresentação mostrou que o Projeto teve como intenção uma nova organização estrutural da escola, mudanças na maneira de recepção e de formulação do processo de escolarização do aluno inclusivo e os deveres e responsabilidades de cada um (coordenação, professores e ATs).

Notou-se que os professores receberam de maneira positiva as novas propostas que o Projeto trazia e puderam participar, levantando questões e angústias vividas com a inclusão em sala de aula.

Após essa apresentação, o Projeto Setor de Inclusão Escolar passou a ser executado na escola e mudanças aconteceram, tais como, para todos os alunos de inclusão criou-se um Projeto de Inclusão Individual (PII), levando-se em consideração as dificuldades e aptidões dos alunos; As avaliações foram pensadas e preparadas pelos professores, em parceria com os ATs, o que favoreceu um espaço de discussão e reflexão entre eles. Ocorreram também reuniões semanais entre os ATs e a coordenação.

Embora o Projeto tenha sido posto em prática, há ainda muitas barreiras a serem vencidas pela escola, como por exemplo, a necessidade de ter um profissional na coordenação que fosse responsável exclusivamente pelos casos de inclusão, pois notou-se que a coordenação do Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio dessa escola esteve muito sobrecarregada por não ter esse profissional, causando brechas na execução do Projeto. Outro exemplo importante é a resistência por parte de alguns professores em se aproximarem dos alunos de inclusão, não se responsabilizando pelo conteúdo adaptado para eles e ainda acreditando que os ATs são os maiores responsáveis pelos alunos de inclusão.

## 6. CONCLUSÃO

Durante a rotina escolar, na função de Acompanhantes Terapêuticas no processo de inclusão de alunos com psicopatologias graves numa escola regular e particular da zona sul da cidade de São Paulo, notou-se que quando a escola não tem os lugares dos coordenadores, dos professores e dos ATs bem definidos com as tarefas e responsabilidades bem delimitadas, a escolarização dos alunos de inclusão fica prejudicada.

É evidente que, com a ajuda das psicólogas e ATs Maria Carolina e Paola, a escola pôde refletir que o modelo de inclusão ao qual vinha fazendo, não responsabilizava o professor pelo processo de aprendizagem dos alunos inclusivos, além de contribuir para a exclusão desses alunos, exigindo que as ATs ficassem “coladas” neles. Através dessa reflexão, a escola pôde

usufruir do Projeto Setor de Inclusão Escolar e adquirir ganhos na estrutura, na organização e no manejo com os alunos de inclusão.

É ainda prematuro dizer que essa escola se apropriou totalmente do Projeto Setor de Inclusão Escolar e, conseqüentemente, dos alunos de inclusão, pois entende-se que para se ter uma estrutura mais organizada onde uma inclusão aconteça de maneira efetiva, é necessário tempo.

Apesar das correntes que ainda prendem a inclusão, com esse trabalho foi possível enxergar possibilidades e acreditar que, com o apoio necessário, mesmo escolas mais tradicionais podem se tornar flexíveis, acolhedoras e propícias para um ambiente onde cada criança se desenvolva na sua diferença.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KUPFER, M.C.M.; PINTO, F.S.C.N (Orgs) – *Lugar de Vida, vinte anos depois: exercícios de educação terapêutica*. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2010.

SERENO, D. Sobre a função do Acompanhante Terapêutico na escola. In: HERMAN, M.C. E COLS - *Acompanhamento Terapêutico*; coordenação da série Isabel Cristina Gomes – 1. Ed – São Paulo: Zagodoni, 2013.